Sínodo da Amazônia (V)

**NOVOS CAMINHOS DE CONVERSÃO CULTURAL**

**Uma Igreja aliada dos povos indígenas e autóctone**



Agenor Brighenti

O Capítulo III do Documento Final do Sínodo da Amazônia apresenta “novos caminhos para uma conversão cultural”. Começa reconhecendo que a região possui “uma grande diversidade cultural”. Neste âmbito, uma evangelização respeitosa e acolhedora do outro, capaz de aprender dele, exige “respeitar e reconhecer seus valores, viver e praticar a inculturação e a interculturalidade no anúncio da Boa Nova” (n. 41). Implica “ter um olhar que inclua a todos, usando expressões que permitam identificar e vincular todos os grupos e refletir identidades a serem reconhecidas, respeitadas e promovidas tanto na Igreja quanto na sociedade”. Frisa o Documento Final que “só uma Igreja missionária inserida e inculturada fará emergir Igrejas particulares autóctones, com rosto e coração amazônicos, enraizadas nas culturas e tradições próprias dos povos, unidas na mesma fé em Cristo e diferentes em seu modo de vivê-la, expressá-la e celebrá-la” (n. 42).

*Uma Igreja aliada dos povos indígenas*

Os povos da Amazônica têm muito a nos ensinar, pois são portadores de valores culturais, “nos quais descobrimos as sementes do Verbo” (n. 43). Diferente do pensamento ocidental que na compreensão da realidade tende a fragmentar-se, “o pensamento dos povos indígenas oferece uma visão integradora da realidade, capaz de compreender as múltiplas conexões existentes entre tudo o que foi criado”. Os povos indígenas são também portadores “de valores como a reciprocidade, a solidariedade, o sentido de comunidade, a igualdade, a família, sua organização social e o sentido de serviço” (n. 44).

Entretanto, “a cobiça por suas terras está na raiz dos conflitos que levam ao etnocídio, bem como ao assassinato e à criminalização dos movimentos sociais e de suas lideranças”. Frisa o Documento que “boa parte dos territórios indígenas está desprotegida e os já demarcados estão sendo invadidos por atividades econômicas predatórias como mineração e extração florestal, por grandes projetos de infraestrutura, por cultivos ilícitos e por grandes propriedades que promovem a monocultura e a pecuária extensiva”. Frente a esta realidade, “a demarcação e proteção da terra é uma obrigação dos Estados nacionais e de seus respectivos governos” (n. 45).

A Igreja quer “ser aliada dos povos amazônicos para denunciar os ataques contra a vida das comunidades indígenas, os projetos que afetam o meio ambiente, a falta de demarcação de seus territórios, bem como o modelo econômico de desenvolvimento predatório e ecocida” (n. 46). É preciso “defender os direitos à autodeterminação e a demarcação de territórios”. Para a Igreja, “a defesa da vida, da comunidade, da terra e dos direitos dos povos indígenas é um princípio evangélico, em defesa da dignidade humana: "Eu vim para que os homens tenham vida e a tenham em abundância" (*Jo* 10, 10b) (n. 47). Isso não extrapola a missão da Igreja, ao contrário, “a salvação integral da pessoa humana”, implica “valorizar a cultura dos povos indígenas, falar de suas necessidades vitais, acompanha-los em suas lutas por seus direitos”. A missão evangelizadora da Igreja, “constitui um serviço à vida plena dos povos indígenas, que leva a anunciar a Boa Nova do Reino de Deus e a denunciar situações de pecado, estruturas de morte, violência e injustiça, bem como a promover o diálogo intercultural, inter-religioso e ecumênico (cf. DAp 95) (n. 48).

*A implementação de Igrejas Locais autóctones*

É preciso “nos aproximarmos dos povos amazônicos de igual para igual, respeitando sua história, suas culturas, seu estilo de "bem viver" (*PF* 06.10.19). O colonialismo é a imposição de certos modos de vida de alguns povos sobre outros, seja economicamente, culturalmente ou religiosamente”. Frisa o Documento que a Igreja “rejeita uma evangelização ao estilo colonial”, pois “anunciar a Boa Nova de Jesus implica reconhecer as sementes do Verbo já presentes nas culturas”, gerando “processos de interculturalidade, que promovam a vida da Igreja com identidade e rosto amazônicos” (n. 55). Não se pode confundir evangelização com proselitismo.

Por isso é importante que “os centros de pesquisa e pastoral da Igreja, em aliança com os povos indígenas, estudem, compilem e sistematizem as tradições das etnias amazônicas, para favorecer uma obra educativa que parta de sua identidade e cultura, ajude na promoção e defesa de seus direitos, preserve e dissemine seu valor no cenário cultural latino-americano” (n. 56). Para isso, “é importante o conhecimento de suas línguas, suas crenças e aspirações, suas necessidades e esperanças, bem como a construção coletiva de processos educativos que tenham, tanto na forma quanto no conteúdo, a identidade cultural das comunidades amazônicas, insistindo na formação de uma ecologia integral como eixo transversal” (n. 57).

*A religiosidade popular e a teologia índia*

A religiosidade popular “é um meio importante que vincula muitos povos da Amazônia com suas vivências espirituais, suas raízes culturais e sua integração comunitária. São manifestações com as quais o povo expressa a sua fé, através de imagens, símbolos, tradições, ritos e outros sacramentais” (n. 52). É um catolicismo não clericalizado, pois, nestas expressões religiosas, “os leigos assumem um protagonismo inexistente em outras esferas eclesiais, com a participação de irmãos e irmãs que exercem serviços e orações diretas, bênçãos, cantos sagrados tradicionais, novenas animadas, organização de procissões, promoção de festas padroeiras, etc. Mas, dada sua ambiguidade, é preciso “acompanhar estas expressões de fé com uma catequese apropriada” (n. 53).

Juntamente com o catolicismo popular, “a teologia índia, a teologia do rosto amazônico”, é uma “riqueza do mundo indígena, de sua cultura e espiritualidade”. Segundo o Documento Final do Sínodo, “o mundo indígena com seus mitos, narrativas, ritos, cantos, danças e expressões espirituais enriquece o encontro intercultural”. Dado que "as culturas não são terreno vazio, desprovido de valores autênticos", a evangelização “não é um processo de destruição, mas de consolidação e fortalecimento desses valores; uma contribuição para o crescimento das sementes do Verbo". (*DP* 40, cf. *GS* 57) presente nas culturas (n. 54).